



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – UACEN
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

MAIANE LIMA TELES

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: ANÁLISE CRÍTICA DOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS EM DIFERENTES CURSOS DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

CAJAZEIRAS – PB

2018

MAIANE LIMA TELES

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: ANÁLISE CRÍTICA DOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS EM DIFERENTES CURSOS DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

Artigo científico apresentado à banca examinadora de TCC,
como requisito parcial obrigatório à obtenção do título de
Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal
de Campina Grande – UFCG.

Orientador: Prof. Me. Flávio Lourenço de Oliveira

Coorientador: Profa. Me. Lívia Poliana Santana Cavalcante

CAJAZEIRAS – PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

M827a Teles, Maiane Lima.

Ambientalização curricular: análise crítica dos projetos pedagógicos em diferentes cursos de formação de professores / Maiane Lima Teles. - Cajazeiras, 2018.

41f.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Me. Flávio Lourenço de Oliveira.

Coorientador: Prof. Me. Lívia Poliana Santana Cavalcante

Artigo Científico (Licenciatura em Ciências Biológicas) UFCG/CFP, 2018.


1. Interdisciplinaridade. 2. Crise ambiental. 3. Sustentabilidade. 4. Projetos pedagógicos. I. Oliveira, Flávio Lourenço de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

MAIANE LIMA TELES

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: ANÁLISE CRÍTICA DOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS EM DIFERENTES CURSOS DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

Artigo científico apresentado à banca examinadora de TCC, como requisito parcial obrigatório à obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

APROVADO EM: 24 / 07 / 2018



Prof. Me. Flávio Lourenço de Oliveira (UACV/CFP/UFCG)
Orientador



Profa. Me. Livia Poliana Santana Cavalcante (UACEN/CFP/UFCG)
(Membro avaliador Interno)



Prof. Me. Pedro José Aleixo dos Santos
(Membro avaliador externo)

CAJAZEIRAS – PB

2018

Antes de se tornar um bom professor, torne-se um bom ser humano, antes de ser um bom ser humano, respeite a vida em todas as suas formas. (TELES, 2018).

Aqueles que tornaram minha graduação mais leve, minha vida mais animada, minhas manhãs mais felizes, minhas tardes mais vivas, minhas noites mais agitadas e minhas madrugadas mais engraçadas. A vocês, MÁFIA 3.0 e agregados (minha eterna família), dedico!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao poder superior (seja ele qual ou quem for) que rege a vida e me mantém fiel aos meus princípios e ideais.

À minha família, ~~não todos~~ meus pais Antônio e Deusimar e aos meus irmãos ~~nem sempre~~ Thiago e Diego, pelo apoio e incentivo aos estudos e pela confiança.

As melhores pessoas que tive a honra de conhecer, meus eternos amigos, MÁFIA 3.0 (Alice, Ariel, Eliamary, Fernanda, Flávio e Flávia) e agregados (Anaine e Natália), pela energia positiva, pelos bons e maus momentos, pelo incentivo, apoio e companheirismo dedicado, pela paz transmitida e os melhores rolês. Tem um pouco de cada um de vocês na realização deste trabalho, na finalização deste ciclo e na minha formação pessoal. ~~e no meu fígado, porque nenhuma boa historia começa com agua.~~

Ao meu orientador, Prof. Me. Flávio Lourenço de Oliveira pela paciência, apoio e incentivo durante a realização deste trabalho como também ao longo da graduação.

À minha coorientadora, Prof^ª. Me. Livia Poliana Santana Cavalcante, que atuou como orientadora, pela paciência, apoio, dedicação, incentivo, compreensão e amizade demonstrada ao longo da execução deste trabalho.

À professora Dra. Veralucia Santos Barbosa, pela orientação, apoio, caráter e dedicação às disciplinas ministradas, despertando em mim o respeito pela vida, me mostrando que ainda temos por quem lutar, se tornando um exemplo acadêmico e pessoal.

À Alice, Ariel, Eliamary, Fernanda e Ayrle- HB5/6 pela paciência para ouvir ~~sem escolha~~ todas as frases de impactos encontradas e pela ajuda na construção deste trabalho.

A todos que de forma direta e indireta contribuíram para minha formação pessoal e profissional.

Serei eternamente grata!

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1-** Mapa do estado da Paraíba destacando os sete campus da UFCG e em vermelho o CFP.....17
- Figura 2-** Etapas para a análise dos PPCs dos cursos de licenciatura do CFP.....19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Unidades Acadêmicas, com seus respectivos cursos e números de alunos do CFP.....	17
Quadro 2- Informações de cunho geral de todos os PPCs analisados.....	21
Quadro 3- Principais aspectos socioambientais constatados, nos referidos tópicos, nos PPCs.....	24
Quadro 4- Disciplinas voltadas para a ambientalização curricular presente nos cursos de licenciatura.....	27
Quadro 5- Número de palavras-chave encontradas no corpo dos PPCs de todos os cursos analisados, exceto nas referências bibliográficas.....	29

LISTA DE SIGLAS

AC- Ambientalização Curricular.

Art. – Artigo.

CFP- Centro de Formação de Professores.

CIÊ.- Ciências

DCNEA- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

EA- Educação Ambiental.

ED.- Educação.

IES- Instituições de Ensino Superior.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LÍN.- Língua

PAE- PB- Programa de ação estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca no estado da Paraíba.

PNEA- Política Nacional de Educação Ambiental.

PPC- Projeto Pedagógico de Curso.

UACEN- Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da Natureza.

UACS- Unidade Acadêmica de Ciências Sociais.

UAE- Unidade Acadêmica de Educação.

UAL- Unidade Acadêmica de Letras.

UFMG- Universidade Federal de Campina Grande.

UFPB- Universidade Federal da Paraíba.

UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza.

UNAGEO- Unidade Acadêmica de Geografia.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
METODOLOGIA.....	16
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS.....	37
ANEXO A - Diretrizes para a publicação de artigos na Revista REMEA.....	36

***AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: ANÁLISE CRÍTICA DOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS EM DIFERENTES CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES***

*Artigo elaborado de acordo com as normas da
revista REMEA, para a qual será submetido.*

Ambientalização Curricular: análise crítica dos projetos pedagógicos em diferentes cursos de formação de professores

Maiane Lima Teles¹

Lívia Poliana Cavalcante²

Flávio Lourenço de Oliveira³

Resumo: Decorrente de ações antrópicas, surge à multifacetada crise ambiental. A EA dissemina conhecimentos acerca da conservação e sustentabilidade ambiental, apresentando-se como alternativa apta a mitigar seus efeitos. O presente estudo, se propôs analisar a ambientalização curricular dos cursos de licenciatura do CFP/UFCG, através dos seus respectivos PPCs, ou seja, a inclusão de valores sociais/éticos/estéticos /ambientais, visando diligenciar a interdisciplinaridade e a EA nas diversas áreas do conhecimento. Considerando a bagagem acadêmica ofertada aos docentes em formação, sobretudo, na proposta da EA e seu desafio de requerer uma práxis cuidadosamente planejada. O diagnóstico, como esperado, revelou uma AC nos cursos vinculados a UACEN e UNAGEO, cursos afins da área ambiental e ausência da AC nos demais cursos, apesar de seus PPCs estarem em concordância com os princípios estabelecidos pela PNEA.

Palavras-chaves: Crise ambiental; Sustentabilidade; Interdisciplinaridade.

Curricular Environmentalization: critical analysis of pedagogical projects in different teacher training courses

Abstract: Due to anthropogenic actions, the multifaceted environmental crisis arises. E.E. disseminates knowledge about conservation and environmental sustainability, presenting itself as an alternative capable of mitigating its effects. The aim of this study was to analyze the curricular freshening of CFP / UFCG undergraduate courses through their respective PPCs, that is, the inclusion of social / ethical / aesthetic / environmental values, aiming at interdisciplinarity and EE in the knowledge. Considering the academic baggage offered to teachers in training, especially in the EA proposal and its challenge of requiring a carefully planned praxis. The diagnosis, as expected, revealed a CA in the courses linked to UACEN and UNAGEO, related courses in the environmental area and absence of CA in other courses, although their PPCs are in accordance with the principles established by the PNEA.

Keywords: Environmental crisis; Sustainability; Interdisciplinarity.

¹ Graduanda em Ciências Biológicas pela UFCG/CFP- maianelimat@gmail.com

² Mestre em Recursos Naturais pela UFCG- livia_poliana@hotmail.com

³ Biólogo, Mestre em Sistemas Agroindustriais pela UFCG- flavioloureco_3@hotmail.com

Ambientalización Curricular: análisis crítico de los proyectos pedagógicos en diferentes cursos de formación de profesores

Resumen: Decoriente de acciones antrópicas, surge a la multifacética crisis ambiental. La EA disemina conocimientos sobre la conservación y sostenibilidad ambiental, presentándose como alternativa apta para mitigar sus efectos. El presente estudio, intentó analizar la ambientalización curricular de los cursos de licenciatura del CFP / UFCG, a través de sus respectivos PPCs, o sea, la inclusión de valores sociales / éticos / estéticos / ambientales, buscando la diligencia de la interdisciplinariedad y la EA en las diversas áreas del proceso, conocimiento. Considerando el equipaje académico ofrecido a los docentes en formación, sobre todo, en la propuesta de EA y su desafío de requerir una praxis cuidadosamente planificada. El diagnóstico, como se esperaba, reveló una AC en los cursos vinculados a UACEN y UNAGEO, cursos afines del área ambiental y ausencia de la AC en los demás cursos, a pesar de que sus PPCs están en concordancia con los principios establecidos por la PNEA.

Palabras claves: Crisis ambiental; sostenibilidad; Interdisciplinariedad.

INTRODUÇÃO

O termo Educação Ambiental (EA) tem seus primeiros registros no ano de 1948, durante o encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris. No entanto, passou a ser utilizado com mais ênfase na sociedade a partir da década de 70, 24 anos depois, através da conferência de Estocolmo em 1972, no intuito de mitigar os impactos negativos de origem antrópica causados ao meio ambiente, estes que, de acordo com a Lei nº. 6.938/81 sobre Política Nacional do Meio Ambiente são “o conjunto de condições, leis, interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

A datar da gênese, o ambiente natural vem sendo modificado através das interações bióticas e abióticas ao longo da evolução da biosfera. Destaca-se que, o equilíbrio dinâmico da natureza permite a sobrevivência e permanência da vida em suas diferentes formas, adaptando-se as mudanças e alterações provenientes da seleção natural (RICKLEFS, 2011).

Percebe-se que, especialmente após a revolução industrial, em detrimento a inserção do modelo econômico capitalista, a extração exacerbada dos recursos ambientais, o crescimento populacional desordenado, as desigualdades sociais e os avanços tecnológicos (YOUNG, 2001), vêm alterando, ao longo das últimas décadas, significativamente, a homeostase e homeorrese do meio ambiente natural e construído,

provocando modificações negativas de magnitudes diversas, impactando a dinâmica dos diferentes ecossistemas (PEREIRA; WINCKLER; FRANCO, 2008).

Boff (2012, p. 20) corrobora com essa hipótese ao afirmar que, “em termos globais, podemos afirmar que a convivência entre os humanos é vergonhosamente insustentável, por não garantir os meios de vida para grande parte da humanidade. Todos corremos o risco de atrair as iras de Gaia”.

O conjunto de todas as ações antrópicas ao longo dos anos torna evidente a crise ambiental no final do século XX e o começo do XXI. Esta que Leff (2004) caracteriza como sendo da civilização, mais precisamente da cultura ocidental, da racionalidade moderna e da economia globalizada, sendo considerada uma crise multifacetada, e não, uma catástrofe meramente ecológica. Podendo ser constatada, do mesmo modo, na passagem de Boff (2012, p. 17) quando diz que:

“Se olharmos à nossa volta, nos damos conta do desequilíbrio que tomou conta do Sistema Terra e do Sistema Sociedade. Há um mal-estar cultural generalizado com a sensação de que imponderáveis catástrofes poderão acontecer a qualquer momento”.

No momento em que as ações humanas passam a afetar o meio ambiente, em proporções que impedem e dificultam a vida das presentes e futuras gerações, nota-se a relevância da EA na sociedade. Perante esse cenário de degradação ambiental, a EA atua enquanto campo da educação que, de acordo com Aragão Neto (2010), tem como objetivo disseminar conhecimentos sobre o ambiente, sensibilizando os indivíduos a fim de proporcionar mudanças de percepção ambiental e atitudinais contribuindo para a conservação e utilização dos recursos ambientais de maneira sustentável.

Sobre essa perspectiva, é possível propor condições que possibilitem uma nova consciência cidadã, de forma a valorar a natureza, reorientando a produção de conhecimento baseada na interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade (JACOBI, 2003).

Impactos negativos cada vez mais complexos vêm sendo causados na qualidade de vida das pessoas e das demais espécies que aqui habitam, na capacidade de suporte do planeta e na garantia de vida das gerações futuras, decorrentes da relação ser humano e meio ambiente (JACOBI, 2007).

Medidas são necessárias para o estabelecimento do respeito com as demais espécies, aprendendo a interagir com dignidade, a favor do bem, do bom-senso e

cumprindo nosso compromisso com a vida (SILVA, 2012). Nessa perspectiva, Silva (2012), define a EA:

“Constitui-se numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo participativo permanente que procura inculcar uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais”.

A conservação ambiental cabe não só ao poder público como também a coletividade, é o que diz o capítulo VI da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225 “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

As pessoas precisam se tornar agentes de mudança voltados para a questão ambiental, em busca da sustentabilidade nas diferentes dimensões (ecológica, social, cultural, econômica, territorial), mas para isso, todos precisam de conhecimento, habilidade, valores e atitudes que lhes permitem uma atuação socioambiental, sendo a educação o ponto chave desta mudança (UNESCO, 2017).

Em outubro de 1977, na cidade de Tbilisi, ocorreu a conferência intergovernamental sobre EA, destacando-se, dentre outras, o que dispõe a recomendação nº 13 que “as universidades deverão proporcionar, cada vez mais, aos estudantes conhecimentos básicos essenciais sobre Educação Ambiental, diferenciando-se da educação tradicional, para que sua futura atividade profissional venha a beneficiar o meio ambiente” (UNESCO, 1977).

As atribuições das Instituições de Ensino Superior (IES), mais precisamente nas instituições com cursos de licenciatura, no que diz respeito à formação ambiental dos profissionais que ela prepara para o mercado de trabalho, devem conferir aos educadores e futuros educadores aptidão para realizar uma abordagem transversal dentro da sua área de conhecimento específica de maneira interdisciplinar, possibilitando uma nova geração consciente, crítica e com capacidade de compreensão e gerenciamento dos atuais e futuros problemas ambientais (VERDI; PEREIRA, 2006).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 aponta que, uma das finalidades da educação superior é desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive, além de formar profissionais para a participação no desenvolvimento da sociedade (BRASIL, 1996). De acordo com esta lei, não é possível compreender de forma clara a qual desenvolvimento ela se refere, porém segundo Verdi e Pereira (2006), a

função da universidade no percurso socioambiental é indiscutível, sendo ela responsável pela formação do profissional que além do seu papel específico vai desenvolver seu dever de cidadão.

Diante disso, os temas relacionados à EA e ao meio ambiente, que abordem a relação humanos/meio na perspectiva individual e coletiva, devem ser trabalhados de forma transversal, ou seja, dentro das disciplinas já existentes, assim como os temas: ética, saúde, orientação sexual, trabalho, consumo e pluralidade cultural, considerando sua urgência social (BRASIL, 1997).

A transversalidade da EA é evidenciada na lei federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que trata das políticas nacionais de EA (PNEA), na seção II da Educação Ambiental no ensino formal, em seu Art. 11 “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. O parágrafo único do referido dispositivo legal dispõe sobre os docentes em atividade, asseverando seu dever de realizar formação complementar e continuada nas suas respectivas áreas, de modo a atender adequadamente os princípios e objetivos da PNEA (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, a EA emerge como forma de ligar os saberes, rompendo os paradigmas tradicionais e visando os problemas ambientais na sua relação com a totalidade, buscando de novos valores e modos de vida para uma cultura contra-hegemônica⁴. O educador, por sua vez, exerce uma função indispensável, propagando e vivenciando valores em relação à cidadania, responsabilidades, princípios éticos e morais. De forma a considerar o período de necessidades ambientais, enfatizando o elo meio ambiente/educação como alternativa do nosso tempo (CRUZ; BATTESTIN; GHIGGI, 2014).

É perceptível a necessidade das licenciaturas serem fundamentadas nos princípios da Ambientalização Curricular (AC), na perspectiva de transformar os hábitos tidos como culturais. Ou seja, fundamentada na inclusão de conhecimentos, valores sociais, éticos e estéticos ambientais nos currículos, no propósito de educar discentes para o mercado com uma atuação socioambiental, permitindo que os estudantes compreendam a relação entre a atividade humana e o ambiente, de forma a integrar as questões ambientais em sua futura atividade profissional, atuando de forma transversal e interdisciplinar nas aulas, utilizando-se da contextualização, da vida, do cotidiano e enfatizando o ensino-aprendizagem na sensibilidade, nas intuições, nas emoções (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014).

⁴ Contra-hegemônica: Contrário a um sistema de dominação, neste caso, do homem sobre a Terra (CRUZ; BATTESTIN; GHIGGI, 2014).

Assim como a PNEA, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) reafirmam a necessidade de se trabalhar a EA como componente integrante, essencial e permanente da educação nacional. Sendo desenvolvida de forma interdisciplinar e contínua não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico, podendo ser inserida pela transversalidade. No entanto, recomenda-se a inclusão de uma disciplina voltada para a temática ambiental nas Instituições de Ensino Superior (IES). Evidenciando a implementação deste, nas propostas curriculares do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (BRASIL, 2012).

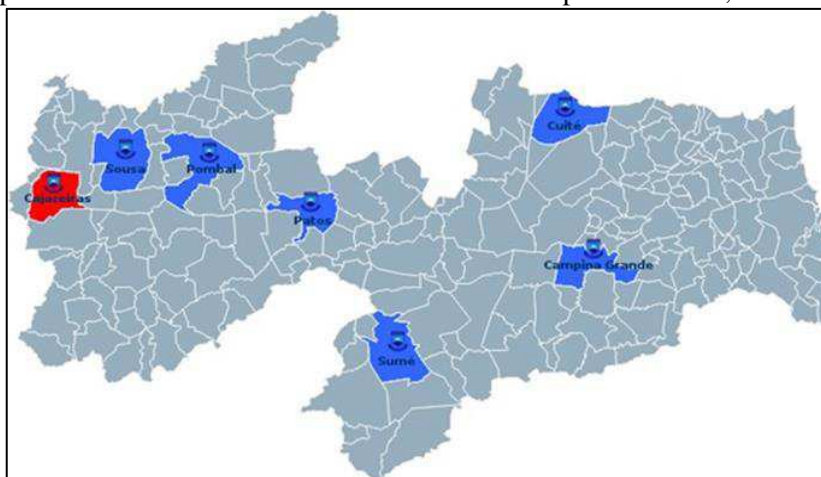
O presente trabalho aparece oportunamente como ferramenta necessária a estudar, na perspectiva ambiental, a matriz curricular dos cursos de licenciatura do CFP/UFCG. Sendo notória sua utilidade, sobretudo para o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CFP/UFCG, haja vista este estar intrinsecamente ligado à área ambiental e considerando que o mesmo apenas oferta a disciplina de EA como optativa. Perfunctoriamente se observou que, desde 2011, ano de criação do referido curso, esta disciplina foi ofertada somente quatro vezes, destacando-se perceptível entre os alunos, à necessidade de averiguar a Ambientalização Curricular em todas as licenciaturas do Centro de Formação de professores.

Destaque-se que, no momento em que a formação acadêmica dos futuros docentes é fundamentada na disciplinaridade das áreas, atuar de forma interdisciplinar se torna um verdadeiro desafio, principalmente quando se trata da EA, que requer uma práxis cuidadosamente planejada. Diante da necessidade de se trabalhar a EA em todas as áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, este trabalho se propôs a analisar a Ambientalização Curricular nos Projetos Pedagógicos dos nove cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Campina Grande, mais precisamente no Centro de formação de professores, *campus* de Cajazeiras.

METODOLOGIA

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi criada pela Lei° 10. 419 de Abril de 2002, através do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente a UFCG possui sete *campi* universitários distribuídos nos municípios de Cajazeiras, Campina Grande, Cuité, Patos, Pombal, Sousa e Sumé (Figura1), sendo Campina Grande, *campus* sede, para melhor atender o estado da Paraíba, a UFCG é considerada uma das universidades mais relevantes no estado (FERREIRA; ARAÚJO; CESAR, 2018).

Figura 1 – Mapa do estado da Paraíba destacando os sete Câmpus da UFCG, em vermelho o CFP.



Fonte: UFCG virtual- Prefeitura Universitária, 2017.

O estudo foi realizada no Centro de Formação de Professores (CFP), *campus* de Cajazeiras, este comporta nove cursos superiores de licenciatura plena, divididos em cinco Unidades Acadêmicas (Quadro 1), dois cursos superior da área da Saúde e uma escola técnica com ensino médio e dois cursos técnicos na área da saúde.

Quadro 1 – Unidade Acadêmica, com seus respectivos cursos e número de alunos do CFP.

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES		
UNIDADE ACADÊMICA	CURSO	Número de alunos ativos
UAE	Pedagogia	326
UACEN	Ciências Biológicas	135
	Física	110
	Matemática	142
	Química	132
UACS	História	321
UAL	Língua Português	291
	Língua Inglesa	86
UNAGEO	Geografia	254

Fonte: Coordenação dos referidos curso, 2018.

O CFP atua, em sua principal atribuição, capacitando discentes para o exercício da docência nas etapas do ensino fundamental e médio, na perspectiva de formar professores aptos no desenvolvimento de suas atribuições específicas, juntamente com a habilidade de difundir normas e valores que auxiliam e preparam os alunos para viver em sociedade, como um ser social, exercendo seus direitos e deveres de cidadão.

A presente pesquisa, do ponto de vista da sua natureza, é aplicada- por gerar conhecimento, verdade e interesse local no intuito de solucionar o problema específico. Do ponto de vista da forma de abordagem, ela é quali-quantitativa, considerando a relação entre

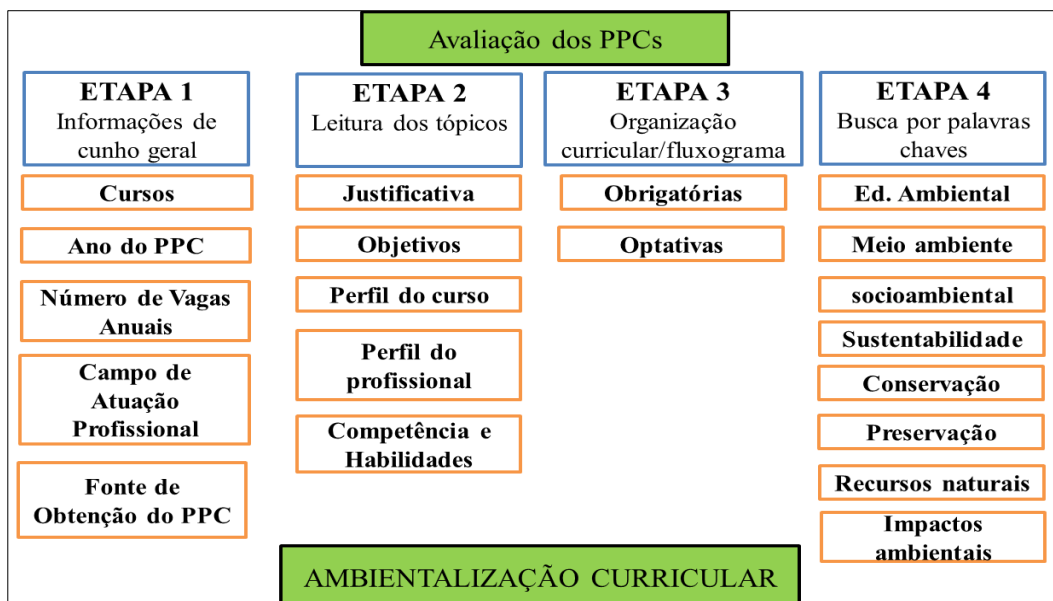
o sujeito e o mundo real e utilizando métodos e técnicas estatísticas. Do ponto de vista de seus objetivos ela é exploratória, proporcionando uma maior familiaridade com o problema em questão tornando explícito. Por fim, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, ela é um estudo de caso, envolvendo estudo profundo de um objeto permitindo o seu amplo e detalhado conhecimento (SILVA, 2005).

A fim de verificar a inserção de conhecimentos ambientais nos currículos dos cursos de licenciaturas do CFP (Ambientalização Curricular), baseado na metodologia de Boton et al. (2010), observou-se os seguintes critérios: valores sócias, éticos, políticos e ambientais nos estudos e currículos universitários, no sentido de formar para a sustentabilidade socioambiental, avaliados por meio dos PPCs (Projeto Pedagógico de Curso), mais especificamente nos tópicos: justificativa, objetivos, perfil do curso, perfil profissional, competência, habilidade e organização curricular/fluxograma, de todos os nove cursos de licenciatura, citados anteriormente.

Inicialmente, os PPCs foram obtidos na plataforma de cada Unidade Acadêmica, no site do CFP. Em seguida, foi realizada a análise individual destes documentos através de uma leitura crítica nos tópicos aludidos, considerando a proposta de cada documento e o perfil que este deseja colocar no mercado, dentro da perspectiva ambiental. Após esse primeiro momento, realizou-se a leitura individual da organização curricular/fluxograma, constatando as disciplinas (obrigatórias e optativas) voltadas para a temática ambiental, ofertadas pelos cursos na grade curricular, as quais tiveram suas ementas básicas analisadas e em seguida para a confirmação da ambientalização. Foi utilizada igualmente à busca por palavras-chaves em todo o PPCs, exceto nas bibliografias, que remetem a inserção da EA em sala de aula, foram elas: educação ambiental; meio ambiente; socioambiental; sustentabilidade; conservação; preservação; recursos naturais; impactos ambientais (Figura 2).

Por fim, os dados obtidos foram descritos de forma quantitativa e qualitativa. Os dados quantitativos analisados, interpretados e expressos em tabelas, fazendo o contraponto e a média entre os nove cursos de licenciatura e suas respectivas áreas. Os dados qualitativos obtidos através da análise de conteúdo, expressos em formato textual sendo realizada discussão de suas implicações.

Figura 2: Etapas para a análise dos PPCs dos cursos de Licenciatura do CFP.



Fonte: Autores da pesquisa, 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Político de Curso – PPC, consiste em um documento com dados primários que estabelecem diretrizes para as graduações. Trata-se de um documento normativo, com informações a respeito da concepção, estrutura, elementos reguladores internos e peculiaridades de cada curso, junto com as concepções de ser humano e sociedade no contexto social ao qual se orienta a formação acadêmica, dentre muitas outras informações de cunho global, específico e particular. Tal ferramenta formulada por consultores internos ao curso, ou não, o PPC é produto de debates entre os docentes, técnicos, discentes e comunidade de modo a abranger todas as expectativas e restrições postas pelas legislações do ensino superior (SEIXAS et al., 2013).

Diante o exposto, o presente estudo analisou oito PPCs de nove cursos de licenciatura presentes no Centro de Formação de Professores - CFP/UFCG. Ressalta-se que, dentro do universo da pesquisa, três PPCs não constavam na plataforma online da referida Unidade acadêmica, dois foram disponibilizados pela coordenação do curso, via e-mail, e apenas um não foi disponibilizado via nenhum meio de comunicação, portanto não foi obtido para análise.

O curso de licenciatura em química foi o único que não disponibilizou o PPC para análise, pelo contrário, foram impostas várias condições, dentre elas, um documento oficial solicitando a disponibilização do PPC. Esse fato motivou reflexão e questionamentos, uma

vez que, se trata de um documento público que deveria estar acessível a toda comunidade acadêmica para consultas. Jordão et al. (2016), corrobora com o questionamento levantado, ao afirmar que o PPC é um documento público, devendo estar disponível a todos. Sendo assim, o documento solicitado no curso de química, por não estar disponível, deixou de ser analisado na proposta deste estudo, conforme visualizado no Quadro 2.

Com a coleta dos primeiros dados referentes às informações de cunho geral, (Unidade acadêmica; cursos; ano do PPC; número de vagas anuais; campo de atuação profissional; fonte de obtenção do PCC), constatou-se que, todos os cursos analisados tiveram seus PPCs construídos ou reformulados entre os anos de 2008 a 2013.

É importante destacar que, o período verificado da formulação dos PPCs ocorre no auge das discussões socioambientais, uma vez que, a sociedade sentindo os desprazeres ocasionados pelo modelo socioeconômico imposto e imersos em uma crise ambiental multifacetada, gritam por soluções e mudança de cenário urgentemente. No entanto, apesar de haver consciência ambiental, o ser humano ainda permanece insensível às questões ambientais, embora tendo ciência em vislumbrar mudanças, persistem os velhos hábitos capitalistas. Oliveira filho (2010), menciona que, a consciência ambiental é recente e sucedeu-se por volta da segunda metade do século XX, motivada pela crise ambiental.

Apesar das diversas áreas de atuação que os discentes, dos referidos cursos, podem seguir em suas carreiras profissionais, os cursos de licenciatura analisados atuam, em primeira instância, na formação de professores. Destaca-se que, suas atividades profissionais serão desenvolvidas, especialmente, no ensino fundamental e médio, exceto para o curso de pedagogia que forma profissionais que atuarão na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Além disso, são ofertadas anualmente entre 35 e 40 vagas por curso, ressalvados os cursos disponíveis em dois horários, matutino e noturno, em que esses números dobram. Anualmente, mais de 460 vagas são ofertadas para formar professores no CFP, no momento, ao qual o estudo foi realizado. Em junho de 2018, o número de alunos com matrícula ativa nos cursos de licenciatura foi de 1.787 (mil setecentos e oitenta e sete) (Quadro 1).

Quadro 2: Informações de cunho geral de todos os PPCs analisados.

INFORMAÇÕES GERAIS					
Unidade Acadêmica	Cursos	Ano do PPC	Número de Vagas Anuais	Campo de Atuação Profissional	Fonte de Obtenção do PPC
UACEN	Ciências Biológicas	2011	40	Aulas no nível fundamental e médio, empresas públicas, privadas, organização não governamental, entre outras.	http://cfp.ufcg.edu.br/portal/
	Física	2011	Não encontrado	As escolas da educação básica, em especial do ensino médio.	http://cfp.ufcg.edu.br/portal/
	Matemática	2013	40	Ensino fundamental (6º ao 9º ano), no ensino médio e na educação de jovens e adultos.	Coordenação de curso
	Química	----	----	----	NÃO DISPONIBILIZADO
UAE	Pedagogia	2009	90	Educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, elaboração e implementação de projetos educacionais de caráter interdisciplinar, entre outras.	http://cfp.ufcg.edu.br/portal/
UACS	História	2008	90	Ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e médio, entre outras.	http://cfp.ufcg.edu.br/portal/
UAL	Língua Português	2012	Não encontrado	Educação básica (segunda fase do ensino fundamental) ensino médio, entre outras.	Coordenação de curso
	Língua Inglesa	2013	Não encontrado	Educação básica (segunda fase do ensino fundamental) ensino médio, entre outras.	http://cfp.ufcg.edu.br/portal/
UNAGEO	Geografia	2008	80	Educação básica (segunda fase do ensino fundamental) ensino médio.	http://cfp.ufcg.edu.br/portal/

Legenda: Unidade –UACEN; Unidade –UAE; Unidade –UACS; Unidade –UAL; Unidade –UNAGEO.

Fonte: Autores da pesquisa, 2018.

Os professores em formação se tornarão profissionais que exercerão um papel imprescindível no processo de transformação social, apresentando novos caminhos para enfrentar as demandas do mundo contemporâneo de forma ética, social e política. De tal forma, permitindo que seus futuros alunos possam construir e reconstruir os saberes frente às mudanças, transformações e necessidades da sociedade (DOMINGUES, 2005).

Para análise crítica dos principais aspectos socioambientais dos PPCs, foram selecionados cinco tópicos baseados na metodologia de Boton et al. (2010), sendo estes: justificativa, objetivos, perfil do curso, perfil do profissional e competência, e habilidades. Critérios que se justificam uma vez que, de acordo com Jordão et al. (2016), apresentam as argumentações e posição para a criação ou reformulação do curso, considerando o contexto educacional no qual está inserido. Deste modo, apontando os objetivos profissionais, sociais, econômicos, políticos, entre outros. Além de apresentar as necessidades construtivistas para o perfil do egresso, tais como, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça e as demandas da presente sociedade.

Tomando como base as dimensões que a crise ambiental comporta, a tornando multifacetada conforme afirma Leff (2004), a necessidade de educarmos para uma atuação sustentável, voltada para a conscientização e os impactos das nossas ações estabelecido pela UNESCO (2017), pode-se afirmar que, aspectos socioambientais devem constar na construção ou reformulação dos PPCs em concordância com Seixas et al, (2013), atendendo a sua transversalidade e urgência social, verificados os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

Diante disso, após análise crítica dos PPCs, foi possível identificar os aspectos, nos quais estes documentos foram construídos e/ou reformulados. Dentre os aspectos observados e categorizados no Quadro 3, de modo geral nota-se à perspectiva da atuação docente com embasamento no compromisso ético, político e com o cidadão, na melhoria da qualidade de vida e emergências do mundo atual, aprimorando a concepção da relação sociedade natureza e entendendo o licenciado, enquanto ser social que desempenhará um papel fundamental na formação de novos indivíduos, através da educação.

Estando em comum acordo com Silva (2014) ao certificar que, o docente precisa estar consciente de que seu papel de professor vai além da transmissão de conhecimentos específicos, devendo também favorecer a formação de valores, habilidades e competências aos discentes, permitindo que eles compreendam a realidade de maneira crítica para a tomada de decisões acerca da sociedade que lhe rodeia.

Estando, dessa forma, dentro dos objetivos e princípios fundamentais da EA, estabelecidos pela PNEA (1999), que envolve a concepção integrada do meio ambiente, pelos aspectos ecológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, culturais e éticos. Assim como, pelo o Art. 225 da constituição federal que estabelece ao cidadão, e não só ao poder público o dever de cuidar e preservar o meio ambiente. Deixando claro, a necessidade da ambientalização curricular nos cursos de ensino superior.

No PPC do curso de licenciatura em Pedagogia, se faz necessário destacar, a ausência na justificativa do quesito responsabilidade social e cidadão consciente das novas exigências sociais, e a omissão do ensino voltado para a contextualização do semiárido nos objetivos, competências e habilidades. No tocante a esse último, ressalta-se que, o CFP/UFCG, encontra-se localizado em uma região de clima semiárido, a qual enfrenta diferentes impactos ambientais negativos, dentre eles, cita-se o processo de desertificação de mais de 90,0% de seu território, conforme menciona o Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado da Paraíba – PAE-PB (PAE-PB, 2011).

De igual modo, a ausência do quesito responsabilidade socioambiental no que diz respeito às competências e habilidades dos licenciados em letras língua inglesa e portuguesa, e o perfil do profissional de história focado apenas na centralidade do conhecimento específico, conforme apresenta o Quadro 3. Assim, Deixando lacunas no processo de ensino aprendizagem, referente ao respeito aos aspectos ambientais, em conformidade com os documentos oficiais da educação.

Ao se examinar estes documentos, alguns até citados anteriormente como a LDB, é nítido o destaque dado à formação escolar problematizadora, interdisciplinar e contextualizada na construção de um sujeito crítico e transformador. Estando, nessa perspectiva, os tópicos selecionados para avaliação socioambiental de todos os cursos. A similaridade entre os principais aspectos da formação escolar geral e os principais aspectos da EA crítica, mais evidente no momento em que esta última volta-se para a mudança de pensamentos e ações humanas, na perspectiva de melhorar a condição de vida das pessoas, sendo necessária, assim, uma mudança social e cultural (LOUREIRO; TORRES, 2014).

Quadro 3- Principais aspectos socioambientais constatados, nos diferentes tópicos, dos PPCs do CFP.

CURSO	PRINCIPAIS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS PPCs													
	Justificativa		Objetivos		Perfil do Curso			Perfil do Profissional				Competência e Habilidades		
	Responsabilidade social	Cidadão consciente das novas exigências sociais	Compromisso ético e político	Ensino voltado para a contextualização do semiário	Valores culturais, sociais e éticos	Compromisso com o cidadão	Melhoria na qualidade de vida e emergências do mundo atual.	Concepção de cidadania	Concepção do papel social	Concepção da realidade sócio-político-educacional	Concepção da relação sociedade natureza.	Responsabilidade socioambiental	Contextualização ao semiário	Compreensão do contexto global
Ciê. Biológicas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Física	●	●	●	●	■	●	●	▲	▲	▲	▲	●	●	■
Matemática	●	●	●	■	▲	▲	▲	●	●	●	●	●	●	■
Química	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedagogia	■	■	●	■	●	●	●	●	●	●	●	●	■	■
História	●	●	●	●	●	●	●	■	■	■	■	●	■	■
Lín. Portuguesa	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	■	■	●
Lín. Inglesa	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	■	■	●
Geografia	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

Legenda: ● Presente; ■ Ausente; ▲ Tópico ausente; - PPC não disponibilizado.

Fonte: Autores da pesquisa, 2018.

Analisando o fluxograma e/ou organização curricular dos PPCs, verifica-se que os cursos da UACEN, exceto o curso de química, apresentam em seus eixos obrigatórios disciplinas voltadas para a questão ambiental, conforme aponta o Quadro 4. Apesar de não se tratar da EA propriamente dita, temáticas ambientais são trabalhadas nesses componentes curriculares em conformidade com a ementa de cada disciplina, estando em comum acordo com Silva (2016) ao salientar que estes componentes curriculares remetem a inserção das questões sustentáveis, da conservação do meio ambiente, dos impactos ambientais negativos recorrentes das ações humanas, evidenciando a relação entre sociedade e natureza, além do conhecimento ecológico específico e tradicional.

Desse modo, os cursos da UACEN ao disponibilizarem as disciplinas de Ecologia de Comunidades, Ecologia Geral, Meio Ambiente e Sociedade, Física Ambiental e Ecologia Geral (Quadro 4), acolhem as normas, leis e recomendações citadas anteriormente (UNESCO, Tbilisi, LDB, DCNEA e PNEA) abordando a EA de forma multidisciplinar e transversal. Essa abordagem, nos cursos de graduação em licenciatura, em concordância com Cruz, Battestin, Ghiggi (2014) proporciona ao futuro educador a habilidade de propagar princípios éticos e morais, valores e responsabilidades a cerca do meio ambiente, em virtude da necessidade e emergência que o mesmo apresenta em meio à crise ambiental.

Destaca-se ainda que, estes componentes curriculares são ofertadas no eixo obrigatório, desse modo, todos os formandos no exercício de sua profissão docente estarão qualificados a atuarem de maneira transdisciplinar em relação à EA.

Assim como na UACEN, o curso de Geografia da UNAGEO realiza a ambientalização curricular. No entanto, se difere no momento em que apresenta na sua grade curricular, mais precisamente no eixo obrigatório, a disciplina de EA propriamente dita. Desta forma, fazendo jus, diretamente, aos seus aspectos socioambientais, apresentados no Quadro 2 de maneira objetiva e aprofundada. Estando assim, em concordância com os principais objetivos e princípios da educação ambiental estabelecidos pela PNEA (1999), às recomendações da Tbilisi (1977).

Entretanto, ao analisar a grade curricular dos demais cursos (História, Pedagogia e Letras Língua Portuguesa e Inglesa) foi possível detectar que, apesar de terem sido construídos e/ou reformulados no período em que a crise ambiental já estava instalada e estarem presente aspectos socioambientais segundo quadro 2, estes cursos não apresentam em seus fluxogramas e/ou organização curricular a AC, seja ela através de disciplinas diretamente ligadas a EA ou indiretamente (interdisciplinar).

Ressalta-se ainda que, nesses cursos (História, Pedagogia e Letras Língua Portuguesa e Inglesa), a disciplinaridade do conhecimento específico de cada área, no que diz respeito à EA e as questões da natureza de maneira global. Ambos não ofertam componentes curriculares que abordem a EA, nem no eixo dos componentes obrigatórias, tão pouco no eixo das optativas.

Além disso, quando realizada a busca pelas palavras-chave (educação ambiental; meio ambiente; socioambiental; sustentabilidade; conservação; preservação; recursos ambientais; e impactos ambientais) como aponta o Quadro 5, com exceção das referências bibliográficas, que remetem a inserção da AC de maneira interdisciplinar e/ou transversal nas disciplinas já existentes, os cursos citados apresentam ausência de todas as palavras mencionadas. Com reserva para o curso de história que, expõe a palavra “preservação” duas vezes, entretanto, quando avaliado o contexto na qual está inserida, constata-se que não abordada em uma conjuntura ambiental, mas histórica (1- “**preservação** de banco de dados”; 2- “responsáveis pela **preservação** e difusão da cultura histórica”).

Estes dados questionam a função das IES, como também, a função dos cursos de licenciatura, que além da formação específica, exercem a responsabilidade de preparar as novas gerações para que um futuro viável exista, nos ensinamentos de Guimarães e Inforsato (2011), Ferreira, Araújo e Cesar (2018), os quais apontam que, as IES são espaços excelentes para que ocorra a inserção de práticas educacionais relacionadas à EA.

Conforme mostrado ao longo deste estudo, através dos documentos oficiais secundários que norteiam a educação e a formação cidadã, a AC precisa ser inserida em todos os níveis da educação, inclusive na educação superior, evidenciados os cursos de licenciatura. Destacando-se que, a AC nas IES devem estar em consonância com o artigo 225, da Carta Magna de 1988, de igual modo com as recomendações da conferência de Tblisi de 1977, com a LDB de 1996, com os objetivos e princípios da PNEA de 99, a DCNEA de 2012 e pela UNESCO em 2017, entre outros.

Quadro 4- Disciplinas voltadas para a Ambientalização Curricular presentes nos cursos de licenciatura do CFP.

Unidade Acadêmica	Curso	Ambientalização Curricular	
		Componente curricular obrigatório	Componente curricular optativo
UACEN	Ciências Biológicas	Ecologia de Comunidades	Biologia da Conservação
			Ecologia do Semiárido
		Ecologia Geral	Ecologia Humana
			Educação Ambiental
		Meio Ambiente e Sociedade	Educação para Convivência no Semiárido
			Gestão e Conservação de Recursos Ambientais
	Física	Física Ambiental	Aspectos Geoambientais do Semiárido Nordeste
			Ecologia Geral
Ecologia Humana			
Matemática	Ecologia Geral	Não tem	
Química	Não Disponibilizado	Não Disponibilizado	
UAE	Pedagogia	Não Tem	Não Tem
UACS	História	Não Tem	Não Tem
UAL	Língua Português	Não Tem	Não Tem
	Língua Inglesa	Não Tem	Não Tem
UNAGEO	Geografia	Educação Ambiental	Aspectos Geoambientais do Semiárido Nordeste

Fonte: Autores da pesquisa, 2018.

Corroboram nesse sentido os preceitos de Ferreira, Araújo e Cesar (2018), fortalecendo que ocorrendo a AC, a EA precisa estar presente, pelo menos, de maneira interdisciplinar e/ou de forma transversal visando à solução dos problemas ambientais de maneira contextualizada. Na perspectiva de se manter a harmonia entre a humanidade e o planeta Terra. Em concordância com Marcomin e Silva (2009) ao colocar que se faz necessário uma gestão adequada e a interação entre discentes e docentes para que a comunidade acadêmica se sensibilize e se conscientize da importância da sustentabilidade ambiental.

Ao voltarmos ao Quadro 3 (fluxograma/organização curricular) é destacável o eixo optativo do curso de Física, trazendo em sua grade curricular as disciplinas de Aspectos Geoambientais do Semiárido Nordestino, Ecologia Geral e Ecologia Humana. Evidenciando sua interdisciplinaridade em relação aos temas ambientais e sua contextualização em relação à região a qual o curso está inserido, o mesmo não é visto no curso de Matemática. Desse modo, o curso de Física não só se compromete com os aspectos socioambientais do Quadro 2, como também os executa. Assim como o curso de Geografia que, também trás os componentes curriculares Aspectos Geoambientais do Semiárido Nordestino em seu eixo optativo, mostrando estar realizando a inserção do saber ambiental na formação de seus discentes, em harmonia com as referidas disposições legais.

Contudo, quando realizada a busca pelas palavras-chaves, o Quadro 5 expressa resultados ainda insatisfatórios, considerando que, algumas das palavras encontradas, não estão inseridas no contexto ambiental, sendo esta colocação válida apenas para os cursos de Física e Matemática. Já o curso de Geografia, pelos resultados obtidos, em todas as etapas da pesquisa, mostram-se efeitos eficientes e aceitáveis para os objetivos da EA colocados pela PNEA/1999.

Por fim, ao observar os resultados do curso de Ciências Biológicas, impulsores a realização deste estudo, é importante destacar que este, apresenta os aspectos socioambientais do Quadro 2, componentes curriculares em seu eixo obrigatório que remetem a interdisciplinaridade da EA (Quadro 3), e que na busca das palavras-chaves foi o curso que apresentou o maior número de palavras. Necessitando de um estudo mais aprofundado para ter conhecimento se estar em concordância com as Leis e Recomendações estabelecidas.

Quadro 5: Número de palavras-chave encontradas no corpo dos PPCs de todos os cursos analisados, exceto nas referências bibliográficas.

Curso	Número de palavras-chave encontradas nos PPCs							
	Ed. Ambiental	Meio ambiente	Socioambiental	Sustentabilidade	Conservação	Preservação	Recursos naturais	Impactos ambientais
Ciê. Biológicas	10	10	2	12	24	4	5	0
Física	0	2	0	0	16	0	2	0
Matemática	0	0	0	0	5	0	0	0
Química	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedagogia	0	0	0	0	0	0	0	0
História	0	0	0	0	0	2	0	0
Lín. Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Lín. Inglesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Geografia	7	5	0	1	3	1	1	0

Fonte: Autores da pesquisa, 2018.

Entretanto, dos 41 (quarenta e um) componentes curriculares disponíveis no eixo obrigatório, apenas 3 (três) remetem a conhecimentos ambientais de forma interdisciplinar (ver Quadro 3), dos 25 (vinte e cinco) componentes curriculares do eixo optativo, 6 (seis) remetem a EA. Inclusive, a própria disciplina de EA que, de acordo com dados fornecidos pela coordenação do curso em junho de 2018, foi ofertada, desde a criação do curso, quatro vezes, sendo que, apenas 51 do total discentes, se matricularam.

Cabe ressaltar que estes dados revelam-se significativos, segundo Amorim (2004) os cursos de Ciências Biológicas e Geografia possuem uma ligação explícita com as questões ambientais. Em contraponto com os dados levantados, de modo contrário do curso de Geografia, Ciências Biológicas não oferta a disciplina de EA em seu eixo curricular obrigatório.

Oferecer disciplinas voltadas para a temática ambiental no eixo optativo é o caminho para se obter os aspectos socioambientais nos quais os PPCs foram construídos, porém não contempla à todos os objetivos e recomendações dos documentos que comportam o ensino superior, isso porque, cadeiras optativas são escolhidas pelos discentes, na maioria das vezes, por afinidade com a área como forma de construir o currículo acadêmico pessoal, e estes não são os objetivos ambientais estabelecidos pela PNEA, que visa à atuação socioambiental de todos os cidadãos de modo a garantir o bem-estar das presentes e futuras gerações e não de uma pequena parcela.

Nesse diapasão, confirmam Barizan, Lombardi e Ruiz (2003) os componentes curriculares ofertados no eixo optativo dos cursos superiores devem ser repensados, em sua grande maioria, por serem ofertados em horários contrários as aulas obrigatórias e/ou por fazerem parte de uma necessidade social urgente e não complementar do campo individual.

Diante da crise ambiental, da urgência social desta temática em todos os níveis da educação, revelam-se importantes os ensinamentos mencionados por Aragão Neto (2010), em que o ensino na temática ambiental com o uso de uma disciplina específica de Educação Ambiental em todos os cursos de nível superior contribuiria de forma positiva e satisfatória para melhor alcançar os objetivos e princípios da PNEA/99 e DCNEA/2012, fornecendo esclarecimentos sobre esta temática e permitindo que os discentes atuem de forma mais ativa, provocando mudanças significativas nos hábitos da sociedade capitalista e promovendo soluções a curto e longo prazo para os problemas ambientais, sem deixar de lado a interdisciplinaridade e a transversalidade do tema.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, a educação é o melhor caminho na formação socioambiental dos cidadãos, principalmente dos futuros docentes, as quais atuarão enquanto agentes multiplicadores do conhecimento. Dessa forma, este estudo revelou ser de suma importância trabalhar a EA nas universidades, principalmente nos cursos de licenciatura.

No entanto, observou-se que, a transversalidade da temática ambiental é um desafio recente para a IES, conseqüentemente, torna-se um obstáculo para o corpo acadêmico introduzir a ambientalização curricular na formação docente específica, de forma a preparar para o mercado de trabalho, profissionais diferenciados e sensíveis aos problemas socioambientais contemporâneos.

A disciplinaridade dos cursos de licenciatura, como é vista em alguns cursos do CFP, reserva das ciências humanas (história, língua portuguesa e língua inglesa e pedagogia), dificulta a inserção da interdisciplinaridade requerida pelo saber ambiental na educação. Sendo importante frisar que, a EA/AC deve ser trabalhada em todas as áreas e níveis educacionais. Desse modo, coerente concluir que, responsabilizar apenas os cursos da área ambiental por essa temática é uma premissa equivocada, sendo preciso advertir que conservar o meio ambiente é dever de todos os cidadãos.

Por fim, decorrente do desafio da EA para as IES e da atualidade de sua implementação, bem como, por todo o já exaustivamente discorrido no presente trabalho, torna-se perceptível a necessidade de estudos mais aprofundados no que diz respeito à Ambientalização Curricular dos cursos de graduação, sobretudo das licenciaturas.

REFERENCIAS

AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues de; ANDRE, F. M. Monteiro; PRADO, Guilherme. **Diagnósticos e intervenções sobre ambientalização curricular nos Cursos de Licenciatura em Biologia e Geografia.** Brasil 2004. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/309700527> > Acesso em: 08 de Junho de 2018.

ARAGÃO NETO, Dario. **Educação Ambiental nas Universidades: reflexões sobre o ensino- aprendizagem da Educação Ambiental no Centro Universitária de Volta Redonda.** 2010. 55f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente) – Programa de mestrado profissional em ensino, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda- RJ, 2010.

BARIZAN, Ana Claudia Cirino; LOMBARDI, Ana Maria; RUIZ, Daibem Sonia Silveira. **Alguns aspectos da temática ambiental num curso de licenciatura em ciências biológicas: subsídios para a formação de professores.** Brasil 2004. Disponível em: <<http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/ivenpec/Arquivos/Orais/ORAL030.pdf>> Acesso em: 13 de Julho de 2017.

BOFF, L. Sustentabilidade: questão de vida ou morte. In: **Sustentabilidade: o que é- o que não é.** Petrópolis: Vozes, 2012. P. 13-30.

BOTON, Jaiane de Moraes, et al. O meio ambiente como conformação curricular na formação docente. **Ensaio.** V. 12, n. 1, p. 41-50, set./ dez. 2010.

BRASIL - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9.394/ 1996. BRASIL.

BRASIL - **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Ministério da Educação/ Conselho nacional de educação, Brasília, p. 1-70, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal.** 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Lei 9.795/ 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente.** Lei Federal 6.938/ 1981.

CRUZ, Claudete Robalos da; BATTESTIN, Cláudia; GHIGGI, Gomercindo. A educação ambiental na teoria educativa Freireana. **REMOA.** V. 14, n. 2, p. 3055-3060, 2014.

DOMINGUES, Ronaldo Elias El Achkar. **O papel do professor do ensino fundamental na construção da cidadania.** 2005. 43 f. Monografia (Docência do ensino superior)- Pós Graduação “Lato Senso”, Universidade cândido Mendes, Niterói- RJ. 2005.

FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda; ARAÚJO, Sérgio Murilo Santo; CESAR, Ary Gustavo da Silva. Análise da educação ambiental na universidade federal de campina grande (UFCG) nos anos de 2002 a 2017: disciplinas e projetos. **Revbea.** V. 13, n. 1, p. 87-107. 2018.

GUERRA, Antônio Silveira Guerra; FIGUEIREDO, Mara Lúcia. Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas. **Educar em Revista,** Curitiba, n. 3, p. 109-126, 2014.

GUIMARÃES, Simone Sendin. Moreira; INFORSATO, Edson do Carmo. A universidade e as questões ambientais: a formação de professores em destaque. **Títulos não-correntes**, v. 25, n. 1, 2011.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

JACOBI, Pedro. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. **Pesquisa em Educação ambiental**, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2007.

JORDÃO, et al., **orientações para elaboração de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEL**. 2016. Disponível em <http://www.uel.br/prograd/docentes/documentos/orientacoes_para_elaboracao_ppc.pdf>. Acesso em: 7 de julho de 2018.

LEFF, E. **Racionalidad Ambiental: lareapropiación social de lanaturaleza**. Siglo XXI, 2004.

MARCOMIN, Fátima. Elizabeti; SILVA, Alberto Dias Vieira. A Sustentabilidade No Ensino Superior Brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. **Revista Contrapontos**, v. 9, n. 2, p. 104-117, 2009.

OLIVEIRA FILHO, Gerson Romero de. A crise ambiental sob a ótica do modelo de desenvolvimento capitalista. **CES Revista**. V. 24, Juíz de Fora, p. 128- 142. 2010.

PAE-PB, **Programa de ação estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca no estado da Paraíba**. SCIENTEC – João Pessoa: Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. Superintendência de Administração do Meio Ambiente, 2011. 144p.

PEREIRA, Reginaldo; WINCKLER, Silvana; FRANCO, Gilza Maria de Sousa. Re-significação dos princípios do direito ambiental a partir da ecologia. **Sequência**, Florianópolis- SC, n. 56, p. 123-150, jun.2008.

RICKLEFS, Robert. E. **A economia da natureza**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

SEIXAS, Pablo Sousa, et al. Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 1, 2013.

SILVA, Danise Guimarães da. **A importância da educação ambiental para a sustentabilidade**. 2012. 11 f. Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso)- Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, São Joaquim- PR, 2012.

SILVA, Dayane dos Santos. **Ambientalização curricular em cursos de Ciências Biológicas: o caso da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba**. 2016. 132 f. Dissertação (Educação Ambiental) - Programa de pós-graduação em educação, Universidade Estadual Paulista, 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. A pesquisa e suas classificações. In: _____. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, p. 19-23. 2005.

SILVA, M. D. da, **A ambientalização curricular no curso de formação de professores de ciências e biologia na percepção dos licenciandos**. 2014. 121 f. Dissertação (educação

em ciências e matemática) – Programa de Pós- graduação em educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

TORRES, Juliana. Rezende; FERRARI, N.; MAESTRELLI, S. R. P. Educação ambiental crítico- transformadora no contexto escolar: teoria e pratica freireana. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; TORRES, Juliana Rezende (Orgs.). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

UNESCO, **Conferência Intergovernamental de Tbilisi**. 1977. Disponível em: < <http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf> > Acesso em: 01 de Junho de 2018.

UNESCO, **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem**. Brasil, 2017.

VERDI, M.; PEREIRA, G. R. A educação ambiental na formação de educadores–o caso da Universidade Regional de Blumenau–FURB. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 17, 2006.

YOUNG, Hilda. Pon. Preservação ambiental: uma retórica no espaço ideológico da manutenção do capital ideológico da manutenção do capital. **FAE**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 25- 36, set/ mar. 2001.

ANEXO

ANEXO A - Diretrizes para a publicação de artigos na Revista REMEA.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/about/submissions#authorGuidelines>

REVISTA REMEA

Rio Grande, Brasil.

E-ISSN 1517-1256, ISSN 2318-4884

DIRETRIZES PARA AUTORES

Normas editoriais para publicação na REMEA

Normas editoriales para la publicación en REMEA

Editorial standards for publication in REMEA

Submissões em fluxo contínuo.

Como parte do processo de submissão, ficam os autores responsabilizados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens nas Normas gerais para publicação na REMEA. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão rejeitadas.

• Critérios iniciais

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
2. A submissão possui no máximo 3 autores, dos quais no mínimo um possui doutorado concluído.
3. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (.doc, .docx ou .rtf).
4. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação por Pares às Cegas.
5. Por política editorial, não aceitamos a publicação de mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano. Devido a isto, solicita-se o envio de apenas UM artigo do mesmo autor em cada abertura de envio de trabalhos para REMEA. Caso o autor envie mais de um, consideraremos apenas o primeiro enviado.
6. Sobre endogenia: Visando atender aos critérios de avaliação dos periódicos científicos adotados pelas bases indexadoras mais conceituadas, a REMEA limita-se a publicar anualmente no máximo 20% do número de artigos cujos autores sejam vinculados a FURG. Além disso, cada autor deve aguardar o intervalo de 2 anos entre publicações. Caso o limite já tenha sido atingido, os demais artigos com autores vinculados a FURG serão rejeitados, podendo ser submetidos novamente após o período informado.

• Apresentação formal das submissões

7. Para submissão de artigos na REMEA, é necessário o preenchimento de todos os campos solicitados. Artigos com campos deixados em branco, correm o risco de não serem avaliados. No formulário de submissão é indispensável preencher os campos “URL” (com o link para o currículo Lattes), “Instituição/Afiliação” (em até 3 linhas) e “Resumo da biografia” (constando a formação e titulação em até 3 linhas).

8. O artigo submetido à REMEA é configurado para papel A4, observando as seguintes indicações: margem direita/superior/inferior 2,5 cm; margem esquerda 3,0 cm; fonte Times New Roman no corpo 12, com espaçamento entre linhas 1,5 cm. Não utilize espaçamento entre parágrafos.

9. O artigo INÉDITO (português ou espanhol) possui entre 15 e 20 laudas e deve constar de título em português, espanhol e inglês, e resumo também em português, espanhol e inglês. O resumo deve ter em torno de 10 linhas ou 130 palavras, com indicação de três palavras-chave (que também devem ser apresentadas em português, espanhol e inglês), preferencialmente de um vocabulário controlado como o Thesaurus Brasileiro da Educação.

10. A resenha crítica de livro possui entre 3 e 6 laudas e deve constar a referência completa do livro. Serão avaliadas apenas resenhas de obras que apresentem contribuições à Educação Ambiental.

11. Os subtítulos “Introdução”, “Fundamentação”, “Metodologia”, “Resultados e discussão” e “Considerações finais” podem ser substituídos por outros equivalentes ou mais adequados à abordagem epistemológica-metodológica do trabalho. No entanto, é fundamental que independente do subtítulo, o artigo explicita a pergunta/problema, objetivos e justificativa, e inclua ao final o subtítulo “Referências”.

12. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.

13. As figuras devem ser incorporadas ao texto com as respectivas legendas

14. A elaboração dos textos em língua portuguesa e espanhola é de inteira responsabilidade do autor.

15. Nas citações (a partir de quatro linhas), o recuo é de 4 cm da margem esquerda, o espaçamento é simples e a fonte, 11.

16. As menções de autores no texto subordinar-se-ão as Normas Técnicas da ABNT — NBR 10520, agosto 2002.

Exemplos:

Guimarães (1964, p. 70); (GUIMARÃES, 1964) e (GUIMARÃES, 1964, p. 71).

17. As notas devem ter caráter unicamente explicativo e constar como nota de rodapé ou nota de fim no final do texto, antes das referências.

18. Registrar, nas referências, SOMENTE, os autores citados no corpo do texto.

19. As referências no final do texto precisam obedecer às Normas Técnicas da ABNT, NBR 6023, agosto 2002. Exemplos:

Livro

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil (1500-1889). Tradução Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília: MEC/INEP, 1989. AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996. DALBOSCO, Claudio A. (Org.). Filosofia Prática e Pedagogia. Passo Fundo Ed da: UPF, 2003.

Periódico

PEREIRA FILHO, João. Primeiros tempos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./set. 1964.

Tese e dissertação

CHAVES, Nicolau de. Lideranças comunitárias. 1988. 317f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Brasília, DF, 1998.

20. Escrever o nome completo do(s) autor(es) e do(s) tradutor(es) na referência.